

## **Prefácio**

---

### *Indicação Geográfica, Signos Coletivos e o Desenvolvimento Regional*

O uso de signos distintivos em produtos e serviços está presente de forma preponderante nos mercados em todo o mundo como mecanismo de diferenciação da origem, qualidade, produtor ou outra característica. Nesse grupo, as indicações geográficas e as marcas consistem nos ativos com função de distinguibilidade que serão abordados na presente publicação, não apenas sob os aspectos de proteção da propriedade intelectual e defesa dos interesses dos produtores e consumidores, mas também sob a reflexão dos seus potenciais efeitos na promoção do desenvolvimento.

Os países, em geral, possuem um sistema de registro de indicações geográficas e marcas como bem imaterial de propriedade intelectual, e em alguns casos, além da política de proteção, perseguem outras complementares voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas de bens coletivos ou com qualidade vinculada à origem.

A abordagem do desenvolvimento nesses casos não se restringe ao aspecto do crescimento econômico, mas também da configuração social, preservação do patrimônio e cultura locais. A dinâmica estabelecida pelo uso de indicações geográficas e marcas funciona como ferramenta de desenvolvimento quando a identidade e tipicidade, advindas da relação do produto com o território, estão sob empoderamento dos atores locais e são percebidas pelos consumidores, resultando em agregação de valor. Por sua vez, a agregação de valor não consiste apenas em sobrepreço, geração de emprego e renda, mas também no aprimoramento do capital social, do sistema produtivo, da preservação da diversidade e modos de fazer tradicionais.

Há que se considerar que o público atendido pelos mecanismos de proteção e projetos voltados para o desenvolvimento, ancoradas no uso de signos distintivos coletivos, é representado por agrupamentos produtivos em territórios definidos e com interações diversas. Por essa característica de coletividade, efeitos de capilaridade e multiplicação são esperados, afetando inclusive setores da economia indiretamente ligados à produção do bem, como turismo, gastronomia, cultura etc.

Em alguns casos, os signos distintivos representam interessante alternativa, pelo potencial de agregação de valor em regiões que demandam políticas compensatórias

para incentivar a permanência dos produtores no território ou na atividade produtiva específica, além dos quesitos de proteção dos recursos genéticos e da biodiversidade.

O mesmo se aplica à produção artesanal quando comparada à industrial em termos de custos. A diferenciação nos mercados que valorizam qualidade por meio do uso de signos distintivos, constitui alternativa para ampliação da competitividade.

Adicionalmente, o processo de registro do bem imaterial requer o estabelecimento de normas e controle interno pelos atores locais, o que muitas vezes abrange quesitos técnicos de produção, atenção especial aos aspectos ambientais, sociais e trabalhistas. Esses processos de acordos voluntários colaboram com as atividades de regulação do Estado e influenciam as dinâmicas de mercado.

Assim, independente do tipo de empreendimento, na era do conhecimento e da informação a propriedade intelectual está diretamente relacionada à competitividade, e soma-se a isso a diferenciação pela qualidade como comportamento emergente no mercado. Com isso, percebe-se que a temática apresenta uma dinâmica multifacetada, que redesenha o funcionamento dos sistemas produtivos, associativista e de consumo.

No Brasil, as marcas são significativamente difundidas e consistem em sinais com melhor percepção por parte dos consumidores, diferentemente das indicações geográficas, que além de existirem em pouco número e serem pouco conhecidas pelos consumidores, possuem regulamentação recente quando comparada a acordos internacionais que tratam da temática e legislações de países terceiros. Essa realidade trás a tona a necessidade de promoção da reflexão sobre como as indicações geográficas podem contribuir para o desenvolvimento do país e quais medidas devem ser levadas em conta nas políticas públicas, não bastando apenas reproduzir experiências internacionais.

Até porque, no caso do Brasil, tratando-se especificamente das indicações geográficas, a proteção da propriedade intelectual não se restringe a produtos agroalimentares, como acontece de forma preponderante no panorama internacional, mas engloba todo e qualquer produto e serviço, desde que atenda os quesitos de registro especificados em lei. Essa característica amplia a complexidade da formulação de políticas e aplicação de normas, pelo cenário multidimensional a ser considerado, envolvendo distintos setores da economia e interesses nem sempre convergentes.

Deste modo e tendo em vista a aptidão agropecuária, a infinidade de produtos artesanais e riquezas da biodiversidade, história e cultura do Brasil, a construção de políticas adequadas é imperativa, posto o país apresentar-se como um dos maiores potenciais mundiais para desenvolvimento e registro de indicações geográficas. Da mesma forma, é mister o aprimoramento do uso dos diferentes tipos de marcas. A importância dessas medidas têm sido demonstradas pela crescente demanda de registros desses signos no país e o interesse de outras nações em estabelecer com o Brasil acordos de intercâmbio, cooperação e reconhecimento mútuo.

Diante do exposto, ao explorar a presente publicação o leitor perceberá a multidisciplinaridade da temática apresentada por renomados autores, inclusive estrangeiros, tanto da academia quanto gestores públicos, que debatem os diferentes tipos de signos distintivos, a sua utilização coletiva e contribuição para o desenvolvimento. Ademais, na segunda parte, estudos de caso nacionais auxiliam na compreensão de como o uso dos ativos materializa-se sob os mais diversos desafios, em diferentes setores e tipos de empreendimentos.

O esforço consolidado por meio deste livro, que se revelou no empenho de discussão modelada para a realidade nacional, certamente contribuirá para o avanço no conhecimento deste campo, tornando-se também base teórica para docentes, pesquisadores e formuladores de políticas.

*Beatriz de Assis Junqueira*

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento